

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG/ COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

União versus Sabino

Ao decidir, por unanimidade, a expulsão do ministro do Turismo, Celso Sabino, do partido, o União acrescentará a devolução do mandato de deputado federal à legenda. Sinal de que a briga da cúpula do União Brasil de Antonio Rueda com o governo Lula não é teatro.

Uma festa para o horário eleitoral

O presidente Lula quer todos os movimentos sociais e de trabalhadores presentes no Palácio do Planalto hoje para a solenidade de sanção do projeto de lei que isenta de Imposto de Renda brasileiros que recebem até R\$ 5 mil. Foi uma das grandes promessas de campanha que ele entrega antes de concorrer à reeleição.

Juntinhos

O encontro no Planalto, aliás, deve reunir dois adversários históricos das Alagoas: o deputado Arthur Lira (PP) e o senador Renan Calheiros (MDB). Os dois foram relatores da proposta. No entorno de Lula, há quem esteja disposto a propalar que o presidente é tão dedicado ao diálogo político que seu governo conseguiu aprovar a proposta, mesmo com dois relatores que não se bicam.

“Pela primeira vez, pessoas responsáveis por tentativas de golpe foram levadas ao Tribunal e foram condenadas. O Brasil destacou-se por ter mostrado uma grande capacidade de resistência institucional e resiliência. Uma forma nova de se apresentar ao mundo. A gente poderia estar contando a história de um golpe, como tradicionalmente ocorre na América Latina, mas estamos contando a história de que as instituições foram capazes de evitar um golpe de estado”

Do ministro do STF Gilmar Mendes, durante o Fórum Lide Brasil-Itália, em Roma

Melhor que nada

Se o presidente da Câmara, Hugo Motta, pautar o projeto do deputado Paulinho da Força sobre dosimetria da pena, os bolsonaristas vão insistir com um “destaque de preferência” ao projeto que estabelece anistia ampla, geral e irrestrita aos condenados por tentativa de golpe. Até aqui, porém, eles não conseguiram arrancar esse compromisso de Hugo Motta e tampouco têm votos para levar essa proposta adiante. A dosimetria só será aceita se a anistia for derrotada

no voto. E, ainda assim, terá um gosto de derrota.

A desculpa perfeita/ Hugo Motta só pretende colocar o texto de Paulinho da Força em pauta se os deputados do PL aceitarem votar o relatório apresentado, sem modificações. Como não há esse acordo, o tema dificilmente entrará na agenda do plenário. A ânsia do PL em votar essa proposta logo é que, no ano que vem, com a eleição e outros personagens na cena, esse assunto tende a esfriar.



Uma vitória para Messias

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), as apostas são de que o nome de Jorge Messias passará com mais de 15 votos favoráveis para ministro do Supremo Tribunal Federal. O problema é o plenário, onde a coluna identificou 38 votos a favor do indicado. O tempo é curto e será complicado conversar pessoalmente com senadores de todos os partidos (**leia mais nesta coluna**).

Para fechar as contas

Deputados da base do governo esperam que o projeto de corte de benefícios fiscais do governo deve ser votado hoje na Comissão e seguir para o plenário. A matéria é importante para que as contas em 2026 não fiquem no vermelho. A proposta do governo prevê um corte linear de 10% em todas as isenções fiscais.

CURTIDAS

Ninguém sai/ O presidente da Câmara, Hugo Motta, desistiu de encontrar o Papa Leão XIV hoje. Seus aliados dizem que não seria de bom tom largar a Presidência da Casa nas mãos do primeiro-vice-presidente, Altineu Cortês (PL-RJ). Iria parecer que Motta “fugiu”, para deixar que Cortês pautasse a anistia. E, se alguém tiver que tomar essa decisão, tem que ser o titular do cargo, num jogo combinado com os líderes.

José Cruz/Agência Brasil



Corra, Jorge, corra/ Geralmente, as datas das sabatinas são combinadas com os indicados, a fim de garantir um tempo para as conversas com os senadores. Alcolumbre deu a Messias (foto) uma semana e meia. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, teve dois meses para conversar.

A sina de Garnier/ Foi num quarto de final 13 — o número do PT — no Hotel Saint Paul, em Brasília, que o almirante Almir Garnier esperou para receber voz de prisão.

Sobrou/ Do núcleo crucial do que foi batizado de “trama golpista”, só o ex-ministro da Justiça Anderson Torres foi para a Papuda. À exceção de Alexandre Ramagem, que é considerado foragido, todos os demais presos estão em instalações militares, ou, no caso de Bolsonaro, na Polícia Federal.

LEGISLATIVO

Messias encara Senado dia 10

Alcolumbre anuncia sabatina pela vaga no Supremo, e AGU diz estar pronto e “animado”, mas enfrentará animosidade na Casa

» VANILSON OLIVEIRA
» ALICIA BERNARDES

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), marcou para 10 de dezembro a sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva para ocupar a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF). A definição ocorreu após articulação direta com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Otto Alencar (PSD-BA), responsável pelo rito de avaliação de autoridades indicadas para tribunais superiores.

Alcolumbre explicou que, devido ao calendário apertado do Legislativo, foi preciso articular a melhor data. “Eu estava no Amapá, cheguei no domingo à noite. Na segunda-feira, estabeleci um diálogo com os nossos colegas senadores, com os líderes partidários, tentando organizar como nós faríamos, já que nós temos um período curto do processo legislativo brasileiro, que se encerrará daqui praticamente 25 dias a sessão legislativa”, afirmou.

Alcolumbre acredita que a escolha da data vai permitir que os parlamentares organizem suas agendas e possam participar da discussão, já que é um requisito obrigatório a presença física, pois a votação é secreta e nominal.

Nos bastidores, especula-se que a escolha da data, considerada próxima demais, é uma manobra de Alcolumbre para evitar articulação do advogado com os senadores. O presidente do Senado nunca foi favorável à indicação de Messias. Ele trabalhou para que o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) fosse o escolhido. A indicação de Lula é delicada, e os senadores têm evitado comentar o assunto. Inclusive,

já se fala no caso de Messias ser barrado, e o chefe do Executivo ser pressionado a indicar uma mulher para o cargo.

“Muito animado”

Já Messias disse, também ontem, que pretende conversar com todos os 81 senadores antes da sabatina. Ele destacou que não fará distinção entre parlamentares governistas e opositoristas durante o processo de articulação política. O AGU descreveu as primeiras reuniões como positivas e afirmou estar “muito animado” com as sinalizações recebidas.

Segundo ele, o cronograma imposto pelo Senado é curto, mas possível de ser cumprido até a data prevista para a sabatina. “Não cabe a mim escolher a data. Essa é uma competência do Senado. Estou pronto para me submeter ao escrutínio constitucional da Casa”, declarou.

Messias ressaltou que sua prioridade, até lá, será dialogar com todas as bancadas e garantir que os parlamentares tenham segurança sobre sua indicação.

O ministro disse que já conversou com diversos senadores nas últimas horas, entre eles Confúcio Moura, Lucas Barreto e Otto Alencar. De acordo com o AGU, as primeiras agendas demonstraram receptividade. “Foram ótimas conversas. Estou muito animado”, afirmou, ao deixar o Senado.

Ele minimizou especulações de uma relação com Alcolumbre está estremeçada. Afirmou que pretende encontrá-lo ainda nesta semana e reforçou que mantém boa convivência com o senador. “Está tudo ótimo com Davi. Tenho muito carinho pelo Senado. Trabalhei quatro anos aqui, é minha segunda casa”, disse.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Alcolumbre (D), ao lado de Alencar, negou que tem pautado projetos como represália ao governo



Jamais tomaria iniciativa em retaliação a qualquer coisa que seja. Tenho muita tranquilidade e serenidade da minha postura e conduta. Toda hora, alguém quer criar alguma crise ou conflito onde nunca existiu”

Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado

“Pauta-bomba” avança no Congresso

O Senado aprovou, ontem, o PLP 185/2024, que cria regras diferenciadas de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. A proposta, que seguirá para a Câmara, prevê aposentadoria com salário integral aos 52 anos para homens e 50 para mulheres, além de reajustes atrelados aos servidores da ativa. Para ter direito ao benefício, os profissionais precisam comprovar pelo menos 20 anos de atividade na função, com possibilidade alternativa de 15 anos na carreira e mais 10 em outra área.

A mudança foi comemorada por representantes da categoria, que acompanharam a votação no plenário. No entanto, a proposta enfrenta forte resistência de entidades municipalistas e do governo federal devido ao impacto fiscal. Um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) estima que os custos podem chegar a R\$ 103 bilhões apenas para os entes locais, ampliando o déficit atuarial dos regimes próprios de previdência, que já é considerado elevado.

A preocupação também foi manifestada pelo Ministério da

Fazenda. Durante a divulgação do relatório de receitas e despesas do 5º bimestre, o secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, classificou o PLP como uma proposta de grande peso financeiro e afirmou que o governo não descarta judicializar o tema.

Ele alertou para a necessidade de uma discussão mais ampla e transparente, com projeções detalhadas do impacto no Orçamento. “Esse projeto tem um impacto muito grande aos cofres públicos e não deveria avançar sem debate profundo”, afirmou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), colocou o projeto na pauta logo após o anúncio da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Alcolumbre defendeu o nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a vaga, e a votação foi interpretada por opositores como uma reação ao Palácio do Planalto. Alcolumbre negou relação entre os temas e destacou que o compromisso de analisar o projeto havia sido firmado há semanas. (AB)